

Aos Senhores Doutores

António Cerejeira Leitão

Carlos Alberto Martins Ferreira

Francisco de Sales Leite de Castro Fraga

João Menezes Cordeiro

Luís Sotto-Mayor Felgueiras

ÍNDICE DO DÉCIMO TERCEIRO VOLUME

Advertências	7
Índice geral	9

I INTRODUÇÃO E DOGMÁTICA GERAL

§ 1.º Noções básicas e terminologia

1. Direito das coisas	25
2. Direitos Reais	26
3. Direito dos bens	29
4. Direito lusófono	30

§ 2.º Bibliografia

5. Considerações gerais	34
6. Bibliografia portuguesa	35
7. Bibliografia brasileira	40
8. Bibliografia de Angola	41
9. Bibliografia de Moçambique	41
10. Bibliografia de Timor	41
11. Bibliografia alemã	41
12. Bibliografia espanhola	43
13. Bibliografia francesa	43
14. Bibliografia italiana	43
15. Bibliografia inglesa	44
16. Direito romano e evolução histórica	45
17. Direito europeu (comparado)	46
18. Revistas e <i>Internet</i>	46
19. O ensino de Direitos Reais	49

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DE DIREITOS REAIS

§ 3.º Evolução histórica

20. A apropriação primitiva	51
21. Grécia antiga; Platão e Aristóteles	52
22. Direito romano	55
23. <i>A rei vindicatio</i> ; as ações reais	61
24. O período intermédio	67

§ 4.º Os sistemas de Direitos Reais

25. Generalidades	71
26. Método adotado	72

§ 5.º O sistema francês

27. Antecedentes e pré-codificação	75
28. O Código Napoleão	78
29. Especificidades do sistema francês	81
30. Tendências evolutivas	86
31. As reformas; o caso da Bélgica	88

§ 6.º O sistema alemão

32. Classificação germânica e pandectística	93
33. O Código Civil alemão (BGB)	97
34. Especificidades do sistema alemão	100
35. Tendências evolutivas	108

§ 7.º O sistema italiano

36. Antecedentes e Código Civil de 1865	115
37. O Código Civil de 1942	119
38. Especificidades do sistema italiano	123
39. Tendências evolutivas	123

§ 8.º O sistema inglês

40. Aspectos gerais	125
41. Especificidades do sistema inglês	128
42. Tendências evolutivas	130

§ 9.º **Outros Direitos; síntese comparatística**

43. Direito espanhol.....	132
44. Direito austríaco	134
45. Direito suíço	136
46. Síntese comparatística	138

CAPÍTULO II – A QUESTÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA

§ 10.º **A legitimidade da apropriação privada**

47. O problema	141
48. Idade Média, racionalismo e pensamento transcendental	142
49. Os pensamentos comunitaristas do século XIX; a experiência soviética	145
50. A propriedade em regime soviético	148
51. A propriedade obriga (<i>Eigentum verpflichtet</i>)	150
52. Liberdade e resiliência.....	152

§ 11.º **Evolução em Portugal**

53. As sesmarias	154
54. Os morgadios	156
55. Os baldios	159
56. A reforma agrária de 1975	167
57. A enfiteuse e a sua extinção	174
58. A extinção da colónia	182
59. Síntese.....	186

CAPÍTULO III – DIREITOS REAIS NO SISTEMA LUSÓFONO

§ 12.º **Na Europa**

60. Ordenações e Direito comum	187
61. A pré-codificação	189
62. O Código de Seabra (1867)	190
63. A receção no pandectismo	195
64. A preparação do Código Civil de 1966	198
65. O Código Civil; alterações	202
66. Apreciação	206

§ 13.º **O Direito brasileiro**

67. Antecedentes.....	208
-----------------------	-----

68. O Código Civil de 1916.....	211
69. O Código Civil de 2002.....	214
70. Especificidades do sistema brasileiro.....	220
71. Tendências evolutivas.....	221

§ 14.º Direito lusófono em África

72. Generalidades; a Lei de Terras de 1973.....	222
73. Angola.....	227
74. Cabo Verde.....	230
75. Guiné.....	231
76. Moçambique.....	232
77. São Tomé e Príncipe.....	234

§ 15.º Os códigos lusófonos de Macau e de Timor

78. Macau.....	235
79. Timor.....	236

§ 16.º A autonomia do sistema de Direitos Reais lusófono

80. Tópicos evolutivos.....	238
81. Particularidades dogmáticas.....	239
82. A língua e o intercâmbio jurídico-científico.....	241
83. O sistema lusófono de Direitos Reais.....	242

CAPÍTULO IV – COORDENADAS DE DIREITOS REAIS

§ 17.º A questão da parte geral

84. O problema.....	245
85. Implicações dogmáticas; a doutrina nacional.....	249
86. A construção de princípios.....	251
87. Os limites da parte geral.....	252

§ 18.º A dogmática real

88. A capacidade.....	255
89. Os atos <i>stricto sensu</i>	256
90. Os factos <i>stricto sensu</i>	258
91. A Ciência dos Direitos Reais.....	258

CAPÍTULO V – OS PRINCÍPIOS DE DIREITOS REAIS

92. Enunciado	261
---------------------	-----

§ 19.º A imediação jurídica (inerência)

93. O princípio.....	264
94. A inerência.....	265
95. A sequela.....	267
96. A prevalência	268
97. O repensar da sequela e da prevalência.....	272

§ 20.º A especialidade

98. Formulação	275
99. Subprincípios e delimitações.....	276

§ 21.º *Numerus clausus* (tipicidade)

100. Evolução histórica	279
101. Direito alemão	281
102. Direito francês	284
103. Direito belga	290
104. Direito italiano.....	291
105. Direito anglo-saxónico	293

§ 22.º A tipicidade no Direito lusófono

106. Ordenações e Código de Seabra	295
107. O Código Civil de 1966.....	298
108. Significado prático	300
109. Tipos, tipologias e tipicidade	301
110. Tipicidades e <i>numerus clausus</i>	307
111. A tipicidade dos direitos reais.....	310
112. Tipos abertos e analogias.....	313
113. Ponderação e perspetivas do <i>numerus clausus</i>	314

§ 23.º A absolutidade

114. Reservas e aceções.....	318
115. Limites à absolutidade estrutural.....	321
116. A absolutidade-eficácia: ações e limites	323
117. A absolutidade-responsabilidade: tutela relativa dos reais	328
118. Balanço	333

§ 24.º A publicidade

119. Generalidades	335
120. Modalidades de publicidade	336
121. O princípio da publicidade	337

§ 25.º Outros princípios

122. Generalidades; a territorialidade.....	339
123. Elasticidade ou consolidação.....	340
124. Transmissibilidade, consensualidade e causalidade	341

CAPÍTULO VI – A NATUREZA DO DIREITO REAL

§ 26.º O direito subjetivo

125. Generalidades; o problema	343
126. As origens e a sua evolução.....	344
127. Síntese e leituras subsequentes	348
128. Bases para a reconstrução do conceito	350
129. A permissão específica.....	353

§ 27.º Teorias tradicionais do direito real

130. A fórmula clássica	354
131. A fórmula moderna.....	357
132. As teses mistas.....	362

§ 28.º Teorias atuais do direito real e reconstrução

133. A doutrina lusófona	365
134. A permissão de aproveitamento da coisa.....	367
135. Objeções e resposta	369
136. Poderes e faculdades reais	370

CAPÍTULO VII – A EXTENSÃO DO DIREITO REAL

§ 29.º Classificações de direitos reais

137. Direitos reais potestativos.....	375
---------------------------------------	-----

138. Direitos reais sobre móveis e imóveis.....	378
139. Direitos reais de gozo, garantia e aquisição	379
140. Outras distinções.....	382

§ 30.º Reais e obrigações

141. O núcleo da distinção	385
142. Aspectos complementares	387
143. Figuras híbridas: direitos pessoais de gozo, ónus reais e relações jurídicas reais	389
144. Interligações.....	392

§ 31.º Outras disciplinas próximas

145. Reais, personalidade e família.....	395
146. Os direitos de personalidade.....	396
147. Direitos reais e direitos a bens imateriais	398

§ 32.º Direitos pessoais de gozo

148. Generalidades; evolução histórica da locação	404
149. O vinculismo.....	407
150. A natureza do direito do locatário; a) Teorias obrigacionais	412
151. b) Teorias reais.....	416
152. Discussão dogmática	420
153. Nota de Direito alemão.....	422
154. A doutrina dos direitos pessoais de gozo.....	427
155. Aspectos do regime	432

CAPÍTULO VIII – O CONTEÚDO DO DIREITO REAL

§ 33.º Distinções e conteúdo positivo dos direitos reais

156. Generalidades; conteúdos positivo e negativo.....	437
157. O conteúdo positivo.....	439

§ 34.º Conteúdo negativo dos direitos reais

158. Limitações específicas	432
159. Função pessoal e função social.....	443
160. O abuso do direito.....	444

CAPÍTULO IX – AS COISAS

§ 35.º Coisas e Direitos Reais

161. Aspetos sistemáticos e pedagógicos	447
162. As distinções legais	448
163. Coisas corpóreas	450

§ 36.º Coisas imóveis; prédios, águas e partes integrantes

164. Generalidades e antecedentes	454
165. O Código Civil.....	455
166. Prédios rústicos e urbanos	458
167. Os limites dos prédios.....	466
168. Os edifícios	468
169. As águas.....	468
170. Árvores, arbustos, frutos e direitos.....	469
171. Partes integrantes.....	470
172. O regime	477

§ 37.º Os móveis

173. Categoria geral.....	480
174. Móveis sujeitos a matrícula e a registo.....	481
175. Coisas representativas; dinheiro; títulos de crédito e cartões.....	485

§ 38.º Coisas fungíveis, consumíveis e deterioráveis

176. Coisas fungíveis e não-fungíveis	488
177. Coisas consumíveis e não-consumíveis.....	492
178. Coisas deterioráveis e duradouras	494

§ 39.º Coisas divisíveis, futuras e principais

179. Coisas divisíveis e indivisíveis	495
180. Coisas presentes e futuras.....	497

§ 40.º Coisas simples e compostas

181. Coisas simples	499
182. Coisas compostas.....	500
183. <i>Tertium genus?</i> Posição adotada.....	501

§ 41.º Coisas acessórias, frutos e benfeitorias

184. Coisas principais e acessórias ou pertenças.....	506
185. O regime	508
186. Frutos.....	509
187. Benfeitorias.....	515

II

A POSSE

§ 42.º Problemática geral

188. Noções básicas e terminologia	519
189. A complexidade da posse	520
190. Desenvolvimentos e exigências atuais	524

CAPÍTULO X – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DA POSSE

§ 43.º Direito romano

191. As origens; o <i>usus</i>	529
192. Os <i>interdicta</i>	531
193. Evolução e modalidades de <i>possessio</i>	533
194. O problema do <i>animus</i>	536
195. Outros aspetos.....	539

§ 44.º Direito intermédio

196. A evolução pós-clássica.....	541
197. Aportações germânicas.....	543
198. Canonismo e receções	545

§ 45.º O sistema francês

199. A pré-codificação.....	548
200. O sistema do <i>Code</i> (1804).....	549
201. A evolução subsequente.....	551

§ 46.º O sistema alemão

202. Savigny e Jhering.....	554
203. A pandectística.....	557
204. O BGB (1896-1900).....	560

§ 47.º Sistema italiano; outros Direitos

205. O Código Civil de 1865.....	563
206. O Código Civil de 1942.....	564
207. Outros Direitos	567

CAPÍTULO XI – O SISTEMA LUSÓFONO DA POSSE

§ 48.º Pré-codificação e Código de Seabra

208. A pré-codificação.....	571
209. Código de Seabra.....	573
210. A doutrina	575

§ 49.º O Código Civil de 1966

211. Os preparatórios.....	578
212. O Código Civil.....	580

§ 50.º Os códigos civis brasileiros

213. Os Códigos Civis de 1916 e de 2002.....	583
--	-----

CAPÍTULO XII – AS COORDENADAS GERAIS DA POSSE

214. Metodologia e sequência	587
215. O objeto da posse.....	588
216. O papel da posse.....	589
217. A extensão da posse.....	592
218. A natureza da posse	592

§ 51.º Posse e detenção

219. As origens.....	598
220. <i>Animus</i> : subjetivismos linguísticos.....	599
221. A fuga para o objetivismo.....	601
222. Condicionamentos histórico-dogmáticos	606
223. Rejeição dos argumentos subjetivistas	610
224. A orientação objetivista do Código de 1966.....	611
225. As situações de detenção; 1253º, a); as teorias	613
226. Segue; os atos facultativos.....	617

227. 1253º, b): atos de tolerância.....	622
228. 1253º, c): possuidores em nome de outrem.....	623

§ 52.º Classificações da posse

229. Espécies de posse; a posse causal e a posse formal.....	625
230. Posse civil e interdita.....	626
231. Posse efetiva e não-efetiva.....	626
232. Posse titulada e não-titulada.....	627
233. Posse de boa-fé e de má-fé.....	632
234. Posse pacífica e violenta.....	638
235. Posse pública e oculta.....	641

§ 53.º A extensão da posse

236. Direitos reais menores.....	643
237. Direito do locatário e outros direitos pessoais de gozo.....	645
238. Direito do promitente adquirente.....	649
239. Direitos atípicos.....	652
240. Estabelecimento comercial e participações sociais; outras realidades imateriais.....	653
241. Síntese.....	655

CAPÍTULO XIII – AS VICISSITUDES DA POSSE

§ 54.º A constituição da posse

242. Generalidades.....	659
243. O apossamento.....	661
244. A inversão do título.....	663

§ 55.º A transmissão da posse

245. A tradição.....	666
246. O constituto possessório.....	668
247. Segue; o regime.....	671
248. A sucessão na posse.....	673

§ 56.º A perda da posse

249. O abandono.....	676
250. A perda ou destruição da coisa.....	677
251. O esbulho por mais de um ano.....	677

252. A cedência.....	678
253. Outras formas	678

CAPÍTULO XIV – OS EFEITOS DA POSSE

§ 57.º Publicidade, frutos, risco e benfeitorias

254. A presunção de titularidade	681
255. O regime dos frutos	682
256. O regime do risco	684
257. As benfeitorias.....	685
258. A tutela indemnizatória.....	687
259. A composses.....	688

§ 58.º A usucapião

260. Origem e evolução.....	689
261. As codificações.....	692
262. Fundamentos da prescrição	695
263. Fundamentos da usucapião.....	698
264. Dogmática geral.....	699
265. A acessão na posse.....	701
266. Usucapião de imóveis.....	707
267. Usucapião de móveis.....	709

CAPÍTULO XV – A DEFESA DA POSSE

§ 59.º A ação direta

268. Origem e evolução.....	711
269. Pressupostos e integração	713
270. O regime	715
271. Natureza.....	718

§ 6.º As ações possessórias

272. A restituição provisória	720
273. Prevenção, manutenção e restituição.....	723
274. Embargos de terceiro	728
275. A ex-posse judicial avulsa	730

III DO REGISTO PREDIAL

CAPÍTULO XVI – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DO REGISTO

§ 61.º Evolução histórica

276. Dados básicos	737
277. A Antiguidade	738
278. A experiência francesa	741
279. A experiência alemã	743

§ 62.º Aspetos comparatísticos e Direito europeu

280. Transcrição, inscrição e entabulação	747
281. A conexão substantiva	748
282. O Direito europeu	749

§ 63.º A evolução lusófona

283. Aspetos gerais e periodificação	751
284. Das origens ao alvará de 9-jun.-1801	752
285. A Lei de 26-out.-1836	754
286. A Lei de 1-jul.-1863	756
287. O Código de Seabra (1867)	758
288. O Regulamento de 28-abr.-1870	761
289. O Regulamento de 20-jan.-1898	762
290. Os Códigos de 1928, de 1929 e de 1959	764
291. O Código de 1967	768
292. Os Códigos de 1983 e de 1984	770
293. Alterações ao Código de 1984	772
294. Balanço	776
295. As reformas de 2008 e de 2013	778

CAPÍTULO XVII – A DOGMÁTICA DO REGISTO PREDIAL

§ 64.º Fins, orgânica e técnica do registo

296. Os fins do registo	781
297. A orgânica do registo predial	783
298. A técnica do registo	785

§ 65.º Os factos sujeitos a registo

299. O âmbito do registo	789
300. As ações, decisões, procedimentos e providências.....	791
301. O problema da ação pauliana.....	792
302. A natureza não-taxativa das enumerações legais	796

§ 66.º Os princípios do registo

303. Generalidades; sentido e enumeração.....	798
304. O princípio da instância; a assessoria das conservatórias.....	800
305. O princípio da legalidade.....	802
306. O princípio do trato sucessivo	805
307. O princípio da prioridade.....	807
308. O princípio da obrigatoriedade; a evolução.....	808

§ 67.º Os efeitos civis do registo

309. Aspetos gerais; a fê pública	812
310. Efeito presuntivo; a dupla descrição.....	813
311. Os vícios do registo	816
312. Efeito consolidativo.....	818
313. Efeito enunciativo.....	819
314. Efeito constitutivo.....	820
315. A inscrição de ações	823

§ 68.º A aquisição tabular

316. Nota comparatística	827
317. Evolução lusófona	830
318. O artigo 291.º do Código Civil; projeção tabular	833
319. A aquisição tabular (17.º/2 do CRP).....	837
320. A conciliação dos artigos 291.º do CC e 17.º/2 do CRP.....	839
321. O conceito de “terceiro” no Direito vigente	841
322. A natureza	844

Índice de jurisprudência.....	847
Índice onomástico.....	863
Índice bibliográfico	887
Índice ideográfico	959